

Sinequismo e política no pensamento de CS Peirce¹

João Fabricio FLORES DA CUNHA²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

RESUMO

Esta pesquisa parte de um centramento do sinequismo no pensamento do filósofo Charles S. Peirce, o qual foi proposto pelo próprio autor. Compreendemos o sinequismo, "a doutrina de que tudo o que existe é contínuo" (CP 1.172), a partir de sua articulação com o tiquismo, conceito peirceano que se refere ao acaso. Buscamos evidenciar como o pragmaticismo, compreendido dentro da arquitetura científica de Peirce e em articulação com o sinequismo, nos ajuda a fazer uma reflexão crítica da política e fornece elementos que nos permitirão configurar uma política pragmaticista. A partir desse percurso, afirmamos que falar de política em Peirce implica fazê-lo a partir do sinequismo e do hábito. Ao final, argumentamos que a política pragmaticista precisa de uma comunidade de investigadores para se efetivar.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação; continuidade; comunidade; política; Peirce.

Esta pesquisa parte de um centramento do sinequismo no pensamento do filósofo Charles S. Peirce, o qual foi proposto pelo próprio autor. Compreendemos o sinequismo, "a doutrina de que tudo o que existe é contínuo" (CP 1.172), a partir de sua articulação com o tiquismo, conceito peirceano que se refere ao acaso. Mapeamos e sistematizamos as expressões do sinequismo na obra de Peirce e buscamos mostrar como a continuidade é essencial para compreendermos dimensões fundamentais de seu pensamento, como semiose, pragmaticismo e falibilismo.

Na lógica das categorias de Peirce, o fenômeno, quando tomado em terceiridade, é uma atualização do fenômeno que surgiu em espontaneidade na primeiridade a partir da mediação com um existente em secundidade. As categorias da experiência compõem uma lógica triádica relacional que permeia o pensamento de Peirce. Note-se que se trata de um pensamento não apenas relacional, mas também triádico. Se falássemos apenas em relacional, estaríamos reduzindo o pensamento de Peirce, pois este envolve relações necessariamente triádicas. Peirce afirma que "uma relação triádica é de uma natureza mais

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa – Semiótica da Comunicação do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRGS (PPGCOM/UFRGS), email: jfloresdacunha@gmail.com.

elevada do que uma relação diádica, no sentido de que, ainda que envolva três relações diádicas, ela não é constituída por elas” (CP 6.323).

O sinequismo é compreendido por Peirce como o próprio estatuto da terceiridade. Ele define-o da seguinte forma: “a doutrina do sinequismo, de que não se pode escapar inteiramente dos elementos de Terceiridade” (CP 7.653). A continuidade é um princípio mediador entre o acaso em primeiridade, um existente em secundidade e o hábito em terceiridade. Na cosmologia de Peirce, a continuidade se constitui como a lei geral da ação da mente (CP 6.103).

Nossa pesquisa se depara com a necessidade de uma sistematização do sinequismo, que não foi feita pelo próprio Peirce. Essa falta de sistematização contrasta com a importância que ele deu ao conceito: a continuidade é “um elemento indispensável da realidade” (CP 5.436) e constitui “a essência do pensamento” (CP 5.436), segundo Peirce. Ainda: “a continuidade governa todo o domínio da experiência em cada elemento” (CP 7.566). A centralidade que Peirce conferiu ao sinequismo parece demandar uma reorganização de suas ideias, no sentido de compreendê-las em sua relação com a continuidade – ou seja, Peirce, autor de obra notoriamente fragmentária, afirmou essa centralidade, mas não retomou seus escritos anteriores para retrabalhá-los a partir do sinequismo. Buscamos então a sistematização a que nos referíamos ao efetivar essa leitura que coloca o sinequismo no centro e compreende o sistema peirceano a partir dele.

O sinequismo é compreendido aqui em articulação com o tiquismo, que é a “doutrina de que o acaso absoluto é um fator do universo” (CP 6.201). Peirce afirma que o tiquismo opera no cosmos (CP 6.302) – ou seja, há uma força do acaso operando no cosmos. No entanto, essa força não é absoluta ou irrestrita, pois Peirce trata o tiquismo como subsidiário do sinequismo, ou seja, o acaso como subsidiário da continuidade: “Eu tenho objeções ao meu sistema metafísico como um todo ser chamado de tiquismo. Porque se é verdade que o tiquismo de fato está inserido nele, é apenas como subsidiário daquilo que é, conforme eu vejo, a característica da minha doutrina, nomeadamente, que eu insisto principalmente na continuidade” (CP 6.202).

A noção do sinequismo como fundamento do pensamento peirceano é o que garante que haverá uma continuidade entre um fenômeno de originalidade em primeiridade e a sua atualização em uma lei, norma ou hábito em terceiridade. Acreditamos que cabe à semiótica a descrição dessas passagens e das traduções interssemióticas que se dão aí.

Em nossa visão, é a continuidade entre acaso e hábito que garante a diferença, a variação, o devir, no pensamento peirceano. O universo tende ao hábito, mas esse hábito não permanece imutável no curso do tempo – a irrupção do acaso em primeiridade e a insistência de uma ação em secundidade forçam sua atualização em um novo hábito. É nessa compreensão de tiquismo e sinequismo aliançados que se garante a renovação do mundo. Considerando que o tiquismo é subsidiário do sinequismo, podemos afirmar que a descontinuidade está prevista na continuidade – é um caso dela. Essa não é uma relação de pares opostos. Ou seja, não há uma dicotomia entre tiquismo e sinequismo – este contém aquele.

Peirce nos fala do “desenvolvimento ticástico do pensamento”, que

consiste em leves desvios de ideias habituais em diferentes direções indiferentemente, sem propósito e não forçados seja por circunstâncias externas ou pela força da lógica, esses novos desvios sendo seguidos de resultados imprevistos que tendem a fixar alguns deles como hábitos mais do que outros. (CP 6.307)

Ou seja, o acaso que existe no mundo atua no sentido de provocar desvios à norma. Há algo que insiste no mundo e força uma mudança de hábitos. Assim, a própria lei prevê a sua atualização e sua adequação a um novo fenômeno que surge, que irrompe.

Peirce foi claro em sua afirmação do sinequismo como elemento central e organizador de seu trabalho, dizendo-o em diversas ocasiões, e se tornando progressivamente mais enfático ao longo do desenvolvimento de sua obra. Um dos exemplos está em carta a William James: “o tiquismo é apenas uma parte e o corolário do princípio geral do Sinequismo. Isso é o que eu tenho estudado nesses últimos 15 anos” (CP 8.252).

O sinequismo pode então ser compreendido como uma força vital que renova normas e hábitos, a partir da continuidade entre matéria e mente. A fórmula peirceana de que “a matéria é mente enfraquecida” (CP 6.25) desconstrói o dualismo entre matéria e mente e postula um monismo ao afirmar que a matéria é mente, uma espécie de forma fixada, *habituada*, da mente. Assim, “a ontologia de Peirce reveste-se de um monismo configurado em forte reação ao dualismo cartesiano, que propõe espírito e matéria como substâncias radicalmente apartadas” (IBRI, 2002, p. 51).

Fundamental para a afirmação deste monismo é, justamente, a continuidade. Peirce nos diz que o sinequismo “não pode jamais tolerar o dualismo” (CP 7.570). Da mesma forma como o sinequismo postula que não há uma quebra, uma descontinuidade,

entre mente e matéria, ele garante que tampouco haverá outras descontinuidades que possam vir a criar uma díade. Ibri nota que o sinequismo também rejeita dualismos que signifiquem “impossibilidade de interposição de um terceiro elemento mediador e redutor da brutalidade do fato à inteligibilidade das representações, colocando-as num *fluxo* contínuo” (IBRI, 2015, p. 98, grifo do autor) – isso pois o sinequismo, está, como expusemos, associado à terceiridade e à mediação.

Para encerrar este segmento de discussão sobre o sinequismo, expomos as suas relações com três dimensões fundamentais do pensamento de Peirce: semiose, pragmaticismo e falibilismo. Em relação à primeira, notamos como, na semiose, há uma referência contínua a um objeto. Não se compreende a teoria de ação da mente peirceana sem compreender o sinequismo. Para ele, “não há cognição absolutamente primeira de nenhum objeto, [...] a cognição surge por um processo contínuo” (CP 5.267). Em Peirce, “todo pensamento deve se dirigir a algum outro, deve determinar algum outro, já que essa é a essência de um signo” (CP 5.253). Assim, a ideia de continuidade é inerente ao processo semiótico. A semiose, portanto, é este fluxo contínuo que dá forma e consistência ao sinequismo.

Em relação ao pragmaticismo, uma ideia chave para o desenvolvimento dessa problemática é a definição de Peirce de que o sinequismo é a “síntese do tiquismo e do pragmatismo” (CP 4.584). O sinequismo é compreendido como “aquela tendência do pensamento filosófico que insiste na ideia da continuidade como de importância primordial na filosofia e, em particular, na necessidade de hipóteses envolvendo a continuidade verdadeira” (CP 6.169). Não se pode entreter uma hipótese que não obedeça à continuidade, nos dirá Peirce. A doutrina do sinequismo nos ajuda a explicar fatos que sem ela seriam inexplicáveis, afirma Peirce, o que significa que ela nos ajuda a aumentar nosso conhecimento sobre a realidade.

Peirce fala em uma “afinidade natural” (CP 1.170) entre falibilismo e sinequismo e afirma que “o princípio da continuidade é a ideia do falibilismo objetivado” (CP 1.171). Isso pois, conforme o filósofo, “o falibilismo é a doutrina de que o nosso conhecimento não é nunca absoluto, mas sempre nada, como se em um *continuum* de incerteza e de indeterminação. A doutrina da continuidade é a de que todas as coisas nadam em *continua*” (CP 1.171). A continuidade não é indício de que está tudo previsto; pelo contrário, é a base da indeterminação.

A política em Peirce

Passamos a explorar a dimensão política do pensamento de Peirce, definindo elementos desse pensamento que podem configurar uma política. Nos termos de nossa pesquisa, a articulação entre tiquismo e sinequismo coloca à política o desafio de lidar com o princípio da indeterminação: a política traduz a irrupção do acaso, sinequisticamente, em novos hábitos, em novos arranjos institucionais. O universo tende ao hábito, mas esse hábito não permanece imutável no curso do tempo – a irrupção do acaso em primeiridade e a insistência de uma ação em secundidade forçam sua atualização em um novo hábito. A própria lei prevê a sua atualização e sua adequação a um novo fenômeno que surge, que irrompe: Peirce fala em “desvios infinitesimais da lei” (CP 6.59) que estão ocorrendo a todo tempo.

Assim, as atualizações políticas no longo prazo respondem ao acaso, e a política se renova por meio dessa força vital de continuidade. Dizer que há continuidade entre acaso e hábito é dizer que há continuidade entre espontaneidade e a norma que a regulariza. Nesses termos, a política pode ser compreendida como uma tradução semiótica capaz de estabelecer a relação entre o acaso da espontaneidade do mundo e a regularidade do hábito. Tais afirmações encontram seu apoio nas fundações sobre as quais Peirce construiu seu pensamento. É também a partir dessas fundações que se torna clara a ideia de que a ação do signo, entre a irrupção de um acaso em primeiridade e a sua conversão em hábito em terceiridade, é uma ação lógica. Ao fazer uma reflexão crítica da política em termos peirceanos, buscamos a efetivação de uma passagem, a que já aludia Silva (2021), entre uma política vista a partir da perspectiva do pragmatismo, para uma compreendida na perspectiva do pragmaticismo.

Nossa pesquisa se propõe a induzir uma política do pensamento peirceano – mais especificamente, do sinequismo, que é central nesse pensamento. Defendemos que essa política não pode estar separada da cosmologia elaborada por Peirce. A cosmologia é uma subdivisão da metafísica (CP 1.192). A metafísica em Peirce não está no lugar de um *a priori* de que se parte, e sim daquilo a que se chega. Assim, essas especulações cosmológicas são informadas por conhecimento produzido, não sendo, de modo algum, desprovidas de relação com a experiência. Mesmo “a filosofia é uma ciência baseada na experiência cotidiana” (CP 8.112). Conforme a lógica da arquitetura científica estruturada

por Peirce, o lugar da política corresponde ao que ele chamou de ideoscopia ou ciências especiais, preocupadas com a investigação da experiência. Peirce diz que as ciências especiais “são obrigadas a tomar como certas várias proposições importantes, porque seus modos de trabalho não lhes permitem testar essas proposições. Em resumo, elas sempre se baseiam na metafísica” (CP 1.129). É nesse sentido que precisamos nos apoiar no sinequismo para investigar uma compreensão da política conforme Peirce. Nesse percurso, buscamos compreender as implicações do sinequismo, da continuidade entre acaso e hábito, e entre matéria e mente, para a política. “Todo o edifício filosófico com suas diferentes ciências dá alicerce às ciências especiais, enquanto estas abastecem aquelas com problemas e novas questões”, afirma Santaella (1992, p. 148). Ou seja, a experiência levanta problemas que obrigam as instâncias que lhe precedem na arquitetura a se repensar, a se renovar. Assim, são irrelevantes as discussões políticas que estejam apartadas da experiência.

O conceito de hábito é fundamental para configurar as ideias discutidas aqui em termos peirceanos. *Hábito* é um conceito importante para a filosofia, sendo central não apenas no pensamento de Peirce, mas também no de outros filósofos, como Hegel e Hume. Nas mãos de Peirce, o hábito é compreendido como “uma lei geral de ação” (CP 2.148). Essa ideia de um hábito que conduz a uma ação nos ajuda a situá-lo em uma dimensão política, no sentido de que o agir político não vem de um lugar incerto e não-sabido, e sim está conectado a uma crença que lhe precede; ou seja, está vinculado a um hábito.

O sinequismo implica continuidade entre matéria e mente, e Peirce afirma que a “matéria é meramente a mente amortecida pelo desenvolvimento do hábito” (CP 8.318). Peirce tenta demonstrar logicamente que é necessária a existência de um elemento de acaso, de imprevisibilidade, que opera nos fenômenos. Essa força tiquista, porém, vai logicamente sendo reduzida pela crescente aquisição de hábitos. Peirce nos diz que “nada além de um princípio de hábito, ele mesmo devido ao crescimento por hábito de uma tendência infinitesimal do acaso a ganhar hábito, é a única ponte que pode cobrir o abismo entre o acaso do caos e o cosmos da lei e ordem” (CP 6.262). São as regularidades – e os hábitos são compreendidos como regularidades – que possibilitam uma existência ordenada, que não caia no caos. Para além do qualificativo *ordenada*, a regularidade está conectada com a própria ideia que Peirce faz de existência:

a realidade das coisas consiste nelas se forçando de forma persistente em nossa reconhecimento. Se algo não tem tal persistência, é um mero sonho. A realidade, então, é persistência, é regularidade. No caos original, em que não havia regularidade, não havia existência. Era tudo um sonho confuso. Nós podemos supor que isso estava em um passado infinitamente distante, mas conforme as coisas estão ficando mais regulares, mais persistentes, elas estão ficando menos sonhadoras e mais reais. (CP 1.175)

Note-se que Peirce define realidade como aquilo que insiste, que persiste sobre nós. O processo que ele descreve de as coisas estarem ficando mais reais decorre do fato de que a existência consiste em regularidades (CP 6.265). A falta de regularidade nos levaria à nulidade, ao nada: “A generalidade é, de fato, um ingrediente indispensável da realidade, pois a mera existência individual ou atualidade sem qualquer regularidade é uma nulidade. O caos é puro nada” (CP 5.431). Para compreender as relações entre hábito, acaso e continuidade, vejamos o seguinte trecho:

Não temos nenhuma razão para pensar que a conformidade dos fenômenos com fórmulas é absolutamente exata. Quando tentamos verificar a conformidade do fato com a lei, encontramos discrepâncias que, corretamente, atribuímos a erros de observação. Mas não podemos ter certeza de que não há anomalias similares, ainda que muito menores, nos acontecimentos em si. Já que não temos razão para pensar que o desvio médio dos fenômenos em relação à lei é igual a zero, é infinitamente mais provável que não é [igual a zero]. Devemos, portanto, supor um elemento de acaso absoluto, espontaneidade, originalidade, liberdade, na natureza. (EP 1, p. 243)

Assim, o hábito, que dá consistência aos acontecimentos casuísticos, não deixa de ser assombrado por uma ordem de imprevisibilidade que está em sua própria constituição lógica: “o acaso, seja absoluto ou não, não é mera criatura de nossa ignorância. É aquela diversidade e variedade de coisas e de acontecimentos que a lei não previne” (CP 6.612). O acaso desafia constantemente a referencialidade e o hábito instituídos. O hábito está a todo momento sujeito a ser solapado pela diversidade do mundo, uma vez que esta insiste em nossa experiência e provoca forçosamente a mudança de hábitos. Essa aquisição de novos hábitos é a instância para a qual o evolucionismo peirceano converge.

Nossa pesquisa passa por buscar evidenciar como o pragmaticismo peirceano, compreendido dentro de sua arquitetura científica e em articulação com o sinequismo, nos ajuda a fazer uma reflexão crítica da política e nos fornece elementos que nos permitirão configurar uma política pragmaticista. Esses elementos evidenciam que, para compreender a política, é insuficiente olhar apenas para o mundo como está. Para

compreendê-la, é preciso olhar também para a primeiridade dos fenômenos. Essa perspectiva nos abre as portas para uma compreensão da política a partir de um devir. O pensamento de Peirce nos coloca, ainda, no rumo de uma política decididamente coletiva. Peirce acredita que “a experiência de um homem não é nada, sozinha. Se ele vê o que outros não conseguem ver, nós chamamos isso de alucinação. Não é sobre a ‘minha’ experiência, mas sobre a ‘nossa’ experiência que se deve pensar; e esse ‘nós’ tem possibilidades indefinidas” (CP 5.402). Sua política, afirmamos, dá-se no espaço das possibilidades indefinidas desse *nós* a que o autor se refere.

Pensada pelo contínuo, a política se vê livre dos limites – diríamos até, limites “pragmáticos” – a que frequentemente é submetida. A partir de tiquismo e sinequismo, com a lógica de que novos acontecimentos surgidos do acaso podem vir a se converter em regularidades, abre-se uma via para olhar para os possíveis da política, ou seja, para o que não está dado, o que ainda não está constituído formalmente.

Para Peirce, “a única teoria inteligível do universo é a do idealismo objetivo, de que a matéria é mente enfraquecida, hábitos inveterados tornando-se leis físicas” (CP 6.25). Peirce confere grande importância a essa ideia, afirmando que, para testá-la, seria preciso olhar para sua capacidade de explicação dos fenômenos de tridimensionalidade do espaço e das leis do movimento, bem como as características gerais do universo (CP 6.25). O processo semiótico é o processo de funcionamento da mente, e é também por esse processo que a matéria evolui e se atualiza. Assim, “matéria morta seria apenas o resultado final do endurecimento do hábito reduzindo a atuação livre do sentimento e a irracionalidade bruta do esforço à morte completa” (CP 6.201). Peirce fala em uma

conexão muito íntima que parece subsistir entre a lei, ou quase-lei, do crescimento e a lei do hábito, que é a principal, senão (como eu defendo que é) a única lei da ação mental. Agora, essa lei do hábito parece ser radicalmente diferente em sua forma geral da lei mecânica, no sentido de que pararia de operar se fosse obedecida rigidamente, já que nesse caso todos os hábitos se tornariam tão fixos que não abririam espaço para mais formação de hábito. (CP 6.613)

A recusa à lei mecânica coloca Peirce em um patamar de pensador à frente do seu tempo, e das descobertas da ciência que marcaram o século XX. Essas críticas que ele elabora à lógica mecanicista estão diretamente ligadas às suas ideias sobre o sinequismo. Vejamos a construção do seguinte argumento: “A causação mecânica, se absoluta, não deixa nada para a consciência fazer no mundo da matéria; e se o mundo da mente é

meramente uma transcrição daquele da matéria, não há nada para a consciência fazer mesmo no reino mental” (CP 6.613). Peirce está argumentando aqui que o mecanicismo faria da consciência algo sem função. A consciência volta a ser considerada como um fator no universo apenas quando se admite o tiquismo e o sinequismo: “a consciência retrocede conforme o hábito se estabelece, e é excitada novamente no rompimento do hábito. Porém, a mais alta qualidade da mente envolve uma grande facilidade para ganhar hábitos, e uma grande facilidade para perdê-los” (CP 6.613).

Assim, a plasticidade da mente – compreendida aqui nos termos de Peirce, e que não se reduz ao cérebro de um indivíduo, onde estaria localizada sua consciência – está associada à sua capacidade de ganhar hábitos. O crescimento que Peirce supõe estar ocorrendo no universo se dá a partir de violações dos hábitos (CP 6.613). Caso os hábitos se mantivessem fixos, não haveria esse crescimento geral, tampouco a complexificação do mundo e o aumento da diversidade – que são ideias fundamentais dentro da lógica peirceana (CP 6.613). O hábito é fundamental para a produção de conhecimento, pois conhecemos por meio de generalizações: “Esse hábito é uma tendência generalizante, e como tal uma generalização, e como tal um geral, e como tal um *continuum* ou continuidade. Ele deve ter sua origem na continuidade original que é inerente à potencialidade. A continuidade, enquanto generalidade, é inerente à potencialidade, que é essencialmente geral” (CP 6.204).

O pensamento de Peirce conduz logicamente à produção de novos hábitos de conduta. Esse processo tem um fim, um *telos*: de acordo com Peirce, o sinequista “irá insistir que todos os fenômenos são de um único caráter, ainda que alguns mais mentais e espontâneos, e outros mais materiais e regulares. Todavia, todos apresentam da mesma forma uma mistura de liberdade e restrição que lhes permitem, não, lhes obrigam a ser teleológicos, ou com um propósito” (CP 7.570). A visão de mundo exposta nessa citação é a de uma teleologia pragmaticista orientada para o futuro.

Peirce fala em uma conexão íntima entre continuidade e generalidade (CP 1.84). Assim, o avanço do conhecimento científico é indissociável tanto dos hábitos quanto do sinequismo. O sinequismo pode ser compreendido como uma espécie de continuidade da vida, a forma pela qual a vida se renova, tal como previsto por Peirce em sua cosmologia. Há, assim, algo da ordem da ação da própria vida presente no sinequismo. Esse elemento nos convida a um repensar da política, que se dá em direção a uma concepção de política que está em uma relação de continuidade com o mundo, com o cosmos.

O hábito é algo que confere consistência (CP 6.204), regularidade. Consistência e regularidade não se confundem com fixidez e determinação: hábitos se alteram a partir de variações que irrompem no mundo de forma casuística. Uma política compreendida a partir do hábito é uma política que está em continuidade com o surgimento da novidade e da espontaneidade que assombra-a. Isso pois ela está sempre aberta a um fator de indeterminação que a força a mudar. A política é dominada pelo hábito, pela norma, mas a norma está constantemente sendo solapada pela irrupção casuística de novos fenômenos, os quais podem forçar esta norma a sofrer alterações. A diversidade do mundo insiste sobre a lei, sobre as traduções do mundo que fomos capazes de produzir – o existente que ainda não se transformou em lei insiste sobre ela. A lei está sujeita a ser violada por acontecimentos que desviam do que ela havia estabelecido como lei. Há uma imprevisibilidade intrínseca ao universo, quando o compreendemos a partir desses termos. O hábito tem o seu percurso de formação traçado com início no caos, na diversidade do mundo.

Nos referimos anteriormente à noção de acontecimento. De acordo com Silva e Colling (2019, p. 7), "o signo, em contato acontecimental com algo que não ele, é uma ação que produz um efeito concreto no mundo. E essa ação é formalmente política, sejam os objetos de que trata reconhecidos como tal ou não". É importante ressaltar mais uma vez como o pensamento de Peirce rejeita dicotomias, e como as noções de tiquismo e sinequismo contribuem para essa recusa. Nas palavras de Silva e Colling,

se o acontecimento político, sob o aspecto da relação do signo com seu objeto dinâmico, é força bruta; na perspectiva do tiquismo também é acaso. A diferença não é só de nuance; trata-se, efetivamente, de um viés que nos permite descrever com maior clareza a complexidade que envolve a questão do acontecimento. Sob o aspecto do signo, força bruta, indicial; sob o aspecto do tiquismo, acaso, espontaneidade; sob o aspecto dos efeitos, sentido e verdade. (SILVA; COLLING, 2019, p. 9)

Peirce afirma que a dissolução da crença começa com uma surpresa (CP 5.417). A crença, que é um hábito, dá lugar à dúvida. Essa logo dará lugar a uma nova crença, a um novo hábito de conduta. A política nos ajuda a mostrar que o sinequismo não é algo etéreo – ele se manifesta concretamente na produção de novos hábitos de conduta. O que é habituado, normalizado, é a cristalização da diversidade, da espontaneidade, do acaso que irrompe. A tendência de aquisição de hábitos torna natural, em Peirce, esse percurso do acaso ao hábito, da espontaneidade ao hábito. Note-se que, se há tendência à aquisição

de hábitos, isso se deve em larga medida ao fato de que há uma força de continuidade atuando no mundo.

A partir das discussões elaboradas aqui, podemos traçar um percurso para efetivar o projeto de uma política peirceana. Esse projeto não foi enunciado pelo próprio Peirce; no entanto, pensar Peirce e política não é uma ideia original desta pesquisa. Ward (2001) e Silva (2021) nos ajudam a caracterizar essa dimensão do pensamento peirceano. A política pragmaticista contradiz o que podemos denominar de a política do pragmatismo, compreendida como a política de acordos, consensos e meio-termos. Em nossa visão, a política traduz a diversidade do mundo em hábito – mas não o faz pela conciliação ou pelo consenso, compreendido sob uma perspectiva pragmatista, de redução das diferenças a um denominador comum. Os conceitos do pragmatismo de acordo, consenso, não são suficientes para a reflexão sobre política, pois são incapazes de dar conta da irrupção da diversidade que significa o tiquismo – é o que apresentaríamos como hipótese.

O desafio que fica evidenciado a partir das ideias que discutimos é o de que compreender a política implica compreender a continuidade entre espontaneidade, a referencialidade do acontecimento e o hábito instituído. A lógica das categorias se mostra fundamental aqui. A espontaneidade, por ser um fenômeno de primeiridade, só pode ser compreendida a partir de suas manifestações em secundidade e terceiridade. No entanto, o caráter mediador da terceiridade não se confunde com um papel conciliador. De fato, esse conceito de política que estamos buscando constituir não é compatível com acordos e meio-termos. Não é por acordos que se traduz a diversidade do mundo: essa tradução pode ser violenta.

Ainda, o foco excessivo no fato, no acontecimento, no concreto, ou seja, na secundidade, corresponde ao que poderíamos chamar da posição de um nominalista, da qual Peirce procura se afastar: “Ser um nominalista consiste no estado não-desenvolvido na mente de um indivíduo da apreensão da Terceiridade enquanto Terceiridade. O remédio para isso consiste em permitir que as ideias da vida humana desempenhem um papel maior na filosofia do indivíduo” (CP 5.121).

Segundo Peirce, a lógica é social. Nesse sentido, a política pragmaticista precisa de uma comunidade de investigadores para se efetivar. Ward (2001, p. 68) já afirmava que “o sucesso da filosofia de Peirce depende da comunidade se tornar real. Uma comunidade que é possível apenas na teoria é uma ameaça fatal para o pragmatismo de

Peirce. O pragmatismo de Peirce demanda uma política”. Frente a essa posição nominalista, o desafio é trabalhar no nível da terceiridade, do hábito.

O nível da terceiridade exige perceber que a conduta e as ações estão relacionadas com o hábito. Significa, também, perceber que as crenças são a um só tempo estáveis e também abertas à mudança – mudança essa provocada pelo acaso, por um movimento criativo da diversidade do mundo, pelo acaso que subverte a lei, que gera um fenômeno imprevisto na regularidade da lei. Conforme Silva (2021, p. 16), “a secundidade é uma das formas do real, talvez a mais naturalizada. Desnaturizá-la, integrando-a à semiose de que participa em sua dimensão potencial e em sua dimensão mental (mente do mundo) ainda é um desafio teórico e político do século XXI”.

Considerações finais

“A não ser que nos façamos eremitas, iremos necessariamente influenciar as opiniões uns dos outros; de modo que o problema se torna como fixar a crença, não meramente no indivíduo, mas na comunidade”, diz Peirce (CP 5.378). Para ele, a realidade consiste em um acordo a que uma comunidade potencialmente irá chegar no futuro (CP 5.331) – essa realidade não está na mente de um indivíduo qualquer, e sim no resultado do trabalho coletivo da comunidade: “A própria origem da concepção de realidade mostra que essa concepção envolve essencialmente a noção de uma COMUNIDADE, sem limites definidos, e capaz de um aumento definitivo do conhecimento” (CP 5.311).

Ward nota como a metafísica especulativa de Peirce fundamenta uma concepção de política, a qual passa pela ciência: “Peirce argumenta que o pragmatismo representa o potencial para que pessoas se unam à investigação construtiva e criativa que desenvolve o sentido do universo – tornar-se real em reação ao caráter do universo. Apenas isso é a Comunidade. Qualquer coisa fora disso divide a razão e erode sua realidade 'sinequística’” (WARD, 2001, p. 72).

Uma comunidade científica se constitui a partir de uma noção de esperança (CP 6.610). Peirce argumenta que a comunidade produzirá, por consenso, no longo prazo e em diálogo com a experiência, uma verdade sobre a realidade. Se nos perguntávamos como configurar uma política peirceana, parece-nos que a resposta possível é: a partir de uma comunidade de investigadores. Buscamos evidenciar que o pensamento de Peirce

tem um fundamento político, por meio da ciência, e que sua política está fundada em sua ideia de comunidade. O consenso da comunidade é a instância para a qual converge nosso trabalho sobre sinequismo e política. Em termos peirceanos, uma crítica da política pode ser feita por meio de um tensionamento do conceito de consenso, que, via Peirce, e nos termos de nossa pesquisa, pode deixar de ser considerado como continuidade do mesmo. É apenas por conta de uma articulação teórica que constrói esse conceito de consenso por meio do sinequismo que podemos propor uma concepção de consenso que não o configure como apagamento das diferenças.

REFERÊNCIAS

IBRI, Ivo Assad. **Kósmos noetós**: a arquitetura metafísica de Charles S. Peirce. São Paulo: Paulus, 2015.

PEIRCE, C. S. *The collected papers of Charles Sanders Peirce*. Edição eletrônica: Harvard University Press, 1994.

PEIRCE, Charles S. *The essential Peirce: selected philosophical writings, volume 1 (1867-1893)* / edited by Nathan Houser and Christian Kloesel. Bloomington: Indiana University Press, 1992.

PEIRCE, Charles S. *The essential Peirce: selected philosophical writings, volume 2 (1893-1913)* / edited by the Peirce Edition Project. Bloomington: Indiana University Press, 1998.

SILVA, A. R. **Pragmatismo/Pragmaticismo – duas políticas em perspectiva**. Inédito, 2021.

SILVA, A. R.; COLLING, G. . **Peirce e a Política**. In: 42º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2019, Belém. ANAIS DO 42º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. São Paulo: Intercom, 2019.

WARD, R. *Peirce and politics*. Philosophy & Social Criticism, 27(3), 67–90, 2001.